

*Movimento Sociale Italiano, Alleanza Nazionale, Popolo della Libertà: do neofascismo ao pós-fascismo em Itália***

Este artigo apresenta a evolução da extrema-direita italiana no segundo pós-guerra, focando o seu principal partido político. Os objectos de análise são o *Movimento Sociale Italiano* (1946-1995), o seu sucessor *Alleanza Nazionale* (1995-2009) e as suas derradeiras estratégias originadas pela fusão com o partido de Silvio Berlusconi (2009). A descrição do percurso histórico do partido é acompanhada pela análise das modificações da sua cultura política. O objectivo assenta na explicação de como e porquê um dos partidos anti-sistema, com maior longevidade no panorama político italiano, abandonou o seu radicalismo e aceitou os valores demoliberais.

Palavras-chave: Itália; direita; extrema-direita; neofascismo.

Italian Social Movement, National Alliance, People of Freedom: from neo-fascism to post-fascism in Italy

This article discusses the evolution of the Italian extreme right after the Second World War, with an emphasis on its leading political party, the *Movimento Sociale Italiano* (Italian Social Movement), its successor, *Alleanza Nazionale* (National Alliance — 1995-2009), and the latest strategies arising from its merger with the party of Silvio Berlusconi (2009). An outline of the Party's history is coupled with an analysis of the changes in its political culture. We seek to account for how and why an anti-establishment party — the longest-lived party in Italian politics — renounced its radicalism in favor of popular liberalism values.

Keywords: Italy; the right; extreme right; neo-fascism.

INTRODUÇÃO

O politólogo Piero Ignazi (2009), pioneiro nos estudos científicos sobre a extrema-direita italiana, periodizou os mais de sessenta anos de presença dos neofascistas na política italiana através de três macro-períodos: um primeiro protagonizado pelo *Movimento Sociale Italiano* (MSI), desde 1946

* ICS, Universidade de Lisboa, Av. Professor Aníbal de Bettencourt, 9, 1600-189 Lisboa, Portugal. e-mail: riccardo.marchi@ics.ul.pt

** Recebido a 30-7-2010. Aceite para publicação a 16-8-2011.

até 1995; um segundo inaugurado pela transformação do MSI na *Alleanza Nazionale* (AN), entre 1995 e 2008; um terceiro, iniciado pela fusão entre a AN e o partido de Berlusconi, *Forza Italia* (FI), que originou, em Março de 2009, o *Popolo della Libertà* (PdL).

O ciclo com maior longevidade é o do MSI, com uma presença ininterrupta no Parlamento durante quase meio século como quarta ou quinta força política, e com uma capacidade eleitoral média de 5% (v. quadro). Durante este arco temporal, o MSI foi também uma referência incontornável para muitas formações políticas de extrema-direita na Europa ocidental (Ignazi, 1992, p. 9). Esta característica como mais antigo desafio a uma democracia madura (Ferraresi, 1995, p. 195) e de representante-mor da velha extrema-direita (Ignazi, 2003) valeu-lhe a atenção dos cientistas políticos (Tarchi, 2003, p. 3) quando, no final dos anos 80, surgiu aquela que Von Beyme (1988) chamou a terceira vaga de extrema-direita, para a diferenciar da neofascista do imediato pós-guerra, e da populista/poujadista dos anos 60/70.

Resultados Eleitorais do MSI e da AN (%)

	1948	1953	1958	1963	1968	1972	1976	1979	1983	1987	1992	1994	1996	2001	2006
	Movimento Sociale Italiano											Alleanza Nazionale			
Câmara	2.0	5.8	4.7	5.1	4.4	8.6	6.1	5.2	6.8	5.9	5.3	13.5	15.7	12.0	12.3
Senado	0.9	6.0	4.3	5.1	4.5	9.2	6.6	5.6	7.3	6.5	6.5	—	—	—	12.4

Fonte: Ministero dell'Interno — Archivio Storico delle elezioni.

Paradoxalmente, o aumento de atenção em relação ao MSI correspondeu ao começo do seu processo de mudança em termos da estrutura do partido e da cultura política. As últimas duas décadas do século xx representaram, para os neofascistas italianos, o fim da *conventio ad excludendum* na cena política italiana e a abertura da estrutura de oportunidades, com a passagem da Primeira à Segunda República. O preço a pagar foi a redefinição da identidade ideológica do partido, com o abandono do neofascismo e a adopção de um perfil de direita moderada e democrática. A reconstrução desta trajectória do *status* de pária a sujeito central da democracia italiana permite revelar a importância do acesso ao poder como factor de degradação rápida de uma identidade radical, considerada inabalável e sustentada pela exclusão e marginalização.

MOVIMENTO SOCIALE ITALIANO: UM PASSADO QUE NÃO PASSA

698 No dia 26 de Dezembro de 1946, um punhado de veteranos do último fascismo da *Repubblica Sociale Italiana* (RSI), fundaram, em Roma, o

Movimento Sociale Italiano (MSI), a mais bem sucedida de entre várias e malogradas tentativas de reorganizar os fascistas em democracia (Carioti, 2008). Ultrapassadas às primeiras investidas repressivas por parte das novas instituições democráticas, o MSI gozou de um breve período (década de 50) de abertura por parte da *Democrazia Cristiana* (DC), seguido por um longo período de isolamento, consequência tanto dos governos de centro-esquerda (DC e *Partito Socialista Italiano* — PSI), como da consolidação da teoria do arco constitucional, assente na marginalização institucional do partido adverso aos valores da Constituição antifascista (Tarchi, 1997, p. 27; Ignazi, 2004, p. 147). Partido pária, o MSI oscilou ao longo de toda a sua história, entre as tentativas de inserção no sistema político, à sombra da DC, e uma orgulhosa posição anti-sistema (Bertolino e Chiapponi, 1999, p. 212).

A marginalidade institucional não impediu o MSI de combinar a identidade fascista inabalável com uma dialéctica vivaz no que diz respeito às duas variáveis da ligação com o fascismo e da relação com o regime democrático. Neste sentido, no MSI sempre prevaleceram duas tendências diferentes: uma liderada por Giorgio Almirante, conservadora, filo-atlântica, ligada historicamente ao “fascismo regime” e propensa à aceitação do novo sistema democrático; outra liderada por Pino Rauti, nacional-revolucionária, antiamericana, ligada ao “fascismo movimento” e caracterizada por uma recusa do sistema demoliberal. Apesar de o partido ter sempre privilegiado a via institucional face à clandestina, segundo o princípio de “não renegar e não restaurar [o fascismo]” (Baldoni, 2009, p. 29), estas duas tendências conviveram ao longo dos diferentes períodos nos quais é possível caracterizar a evolução da cultura política do MSI (Ignazi, 1989, pp. 439-444).

No primeiro período, entre 1946 e 1950, a atitude prevalente foi a de “esquerda social”, fortemente anti-burguesa, anti-capitalista, apegada ao cariz revolucionário do último fascismo da *Repubblica Sociale Italiana* (RSI). Esta corrente representada por dirigentes como Ernesto Massi, Stanis Ruinas, Giorgio Pini, Concetto Pettinato, Bruno Spampanato, recebeu amiúde o apoio de Giorgio Almirante no começo da sua liderança (Baldoni, 2009, p. 33). Ao seu lado conviveu a corrente de direita moderada e institucional (Arturo Michelini, Augusto de Marsanich, Ezio Maria Gray, Pino Romualdi), interessada em tornar o MSI no referente do eleitorado conservador, católico e anticomunista. Menos forte, mas com uma influência determinante na cultura política das futuras gerações neofascistas, foi, desde o princípio, a corrente espiritualista e tradicionalista, ligada ao filósofo Julius Evola e liderada por Enzo Erra e Pino Rauti.

A dialéctica áspera entre as diferentes correntes não impediu que o partido se colocasse progressivamente na direita do espectro político, devido também aos equilíbrios da Guerra Fria consolidados ao nível internacional e nacional. Neste sentido, já os resultados das primeiras eleições legislativas a

que o MSI concorreu em 1948 impuseram uma viragem à direita, em detrimento das veleidades da esquerda nacional. Das urnas tinha emergido um eleitorado neofascista maioritariamente (69,6%) enraizado na Itália do Sul, culturalmente ligado ao “fascismo regime”, mais do que ao último fascismo revolucionário da RSI do Norte e, portanto, interessado num partido de ordem, anticomunista e de direita. O conservadorismo do eleitorado será, ao longo de toda a história do MSI, o factor determinante na orientação da sua liderança, com as secretarias de Augusto de Marsanich (1950-1956), de Arturo Michelini (1956-1969), mas também de Giorgio Almirante (1969-1987) e do seu delfim Gianfranco Fini (1987-1995), exceptuando-se neste panorama o breve e malogrado parêntese de Pino Rauti (1990-1991).

As duas décadas de secretaria de Marsanich/Michelini caracterizaram-se, assim, pela moderação dos tons anti-sistema, com o intuito de aproximar o MSI à DC em apoio aos governos centristas, e de tornar o partido num referente nacional para os anticomunistas. Esta fase teve um certo êxito principalmente durante o governo Pella (1953-1954), graças à questão da italianidade de Trieste, cobiçada pela Jugoslávia de Tito, mas terminou rapidamente quando a hipótese da participação oficial do MSI no Governo Tambroni de 1960 provocou graves motins de rua liderados pelo *Partito Comunista Italiano* (PCI).

A estratégia de moderação institucional do partido, todavia, nunca se traduziu numa ruptura em termos de cultura política. A liderança do MSI considerou sempre as consequências da ruptura demasiado perigosas devido à indisponibilidade dos quadros intermédios e da militância de base em pôr em discussão a identidade fascista. Exemplo disso foi a cisão da corrente intransigente, revolucionária, de inspiração evoliana, que, em 1956, fundará o grupo extraparlamentar *Ordine Nuovo* (ON), dirigido por Pino Rauti (Ferraresi, 1995, pp. 52-63).

Esta identidade do partido, ao mesmo tempo moderado, de ordem e radical anti-sistema acentuou-se ainda mais entre 1969 e 1976 com o regresso à secretaria de Giorgio Almirante.¹ Ele tinha passado da esquerda à direita do partido após o Congresso de Viareggio de 1954, apoiando os secretários De Marsanich e Michelini. Ao assumir a liderança, Almirante continuou na estratégia de “entrismo” conservador, idealizando o ambicioso projecto da *Destra Nazionale*, ao encontro das características do eleitorado neofascista e dos espaços de manobra no sistema de partidos italiano. Tal projecto almejava a constituição de um grande partido que reunisse todas as direitas italianas, e não apenas as fascistas (Dezê, 2009, p. 23). Esta abertura foi oficializada com a escolha, como intelectual oficial do partido, de Armando Plebe, filósofo trânsfuga do PCI, e que tentará refundar as bases ideológicas do MSI numa

perspectiva de direita conservadora e moderada. A operação *Destra Nazionale* registou um claro êxito eleitoral nas legislativas de 1972 (v. quadro). Em termos de cultura política, pelo contrário, o resultado foi a acentuação das divergências entre as duas almas internas ao MSI: uma favorável à “operação Plebe”, e claramente empenhada em abandonar as tentações anti-sistema, outra ainda fortemente anti-sistémica, reunida à volta de Pino Rauti.

Contudo, se o eleitorado do partido nunca se mostrou disponível para veleidades revolucionárias, também a base militante não aderiu em pleno às tentativas de abrir o partido a outras tendências de direita alternativas à neofascista. O fracasso da grande direita com base no MSI inaugurou assim uma nova fase de marginalização do partido, entre 1977 e 1983. Símbolo deste falhanço foi a cisão, em 1976, da *Democrazia Nazionale* (DN), encetada por vários quadros pró-sistema (Ernesto De Marzio, Raffale Delfino, Piero Cerullo), que não conseguiram, contudo, o apoio da base militante, sempre receosa de mudanças demasiado arrojadas. A cisão da DN destaca-se não apenas por ter sido a mais consistente cisão alguma vez sofrida por um partido italiano com representação parlamentar (Tarchi, 1997, p. 400), mas principalmente por ter sido considerada uma antecipação da futura evolução do MSI para a AN, devido à recusa dos radicalismos, à colocação do fascismo no mero patamar histórico (sem que isso significasse, no entanto, a sua condenação) e à vontade de aproximação à DC na área do governo (Giuli, 2007, p. 20).

Apesar da permanência no “gueto” da política italiana, a década de 70 não representou apenas a estagnação de um partido dividido entre saudosismo e vontades renovadoras. Nos anos em que as hostes marxistas viveram o fervilhar intelectual com o emergir da nova esquerda, também na subcultura neofascista se produziram sinais interessantes de renovação cultural, vindos dos jovens do MSI ligados à corrente de Pino Rauti. Estes, nos sombrios “anos de chumbo”, encetaram um percurso de abandono das posições saudosistas e promoveram uma abertura às mudanças socioculturais próprias do pós-materialismo, com uma atenção inovadora aos temas dos direitos civis, da ecologia, da massificação e alienação causadas pelo consumismo liberal-capitalista. Contudo, nunca conseguiram tornar estas análises a linha política oficial do partido: o MSI demonstrou-se sempre refractário às experimentações meta-políticas e fechado na ortodoxia *almirantiana*, cujo controlo monocrático do partido obrigou os jovens renovadores a procurar fora das estruturas do MSI caminhos de novas sínteses com a experiência da *Nuova Destra*.²

A permanência nos pântanos do neofascismo deveu-se, em larga medida, à indisponibilidade da liderança do MSI experimentar mudanças radicais de

² Inspirada na *Nouvelle Droite* francesa de Alain de Benoist, a *Nuova Destra* italiana será animada por Marco Tarchi e pela componente a ele ligada no interior das organizações juvenis do MSI, em oposição à liderada por Gianfranco Fini e fiel ao secretário Almirante.

cultura política, sem com isso renegar as próprias raízes. Serão, assim, as aberturas vindas do sistema, ou seja exógenas ao MSI, a despoletar os primeiros passos da “saída do gueto” dos neofascistas, entre 1983 e 1987. O marco histórico foi a atitude face aos neofascistas do novo secretário do PSI, Bettino Craxi, que, em 1983, consultou oficialmente também o MSI para a formação do seu primeiro governo. Esta legitimação política fez emergir, no seio do partido, uma nova ala “modernizadora”, que ganhou progressivamente mais espaço entre as duas tradicionais posições *almirantiana* e *rautiana*. Os “modernizadores” puxaram decididamente o MSI para o sistema através do reconhecimento da legitimidade da República, filha da resistência antifascista. Esta tendência caracterizou-se por uma cultura política em formação, que tendeu a relegar o fascismo para um patamar historiográfico e a procurar uma maior sintonia com a realidade política externa, para a qual a identidade neofascista já não representava nenhuma mais-valia para a direita (Ignazi, 1989, p. 444).

Neste aspecto, um inquérito realizado em 1987 no XV Congresso do MSI, conseguiu registar estas mudanças, evidenciadas por um aumento da percentagem de delegados que se auto-posicionavam na esquerda do partido (7,9%) face à percentagem (0,5%) registada em 1979 (Ignazi, 1989, p. 459). Apesar de manter ainda uma forte conotação anti-sistema, os delegados do MSI demonstraram uma aproximação face aos restantes partidos do sistema (PSI *craxiano*, radicais e ecologistas mais do que à DC) bastante superior àquela registada em 1979 (Ignazi, 1989, p.448). O incremento da moderação evidenciou-se também na aceitação dos chamados “valores democráticos”: apenas uma percentagem pequena de delegados considerava ainda a violência como um dos métodos de luta política; a maioria recusava as atitudes machistas e afastava-se do conservadorismo “duro” nos campos da família, da economia nacional face aos capitais privados, do nacionalismo chauvinista. Permanecia, todavia, elevada a oposição à imigração incontrollada, com uma xenofobia latente face aos africanos.

Com efeito, no final dos anos 80, os quadros do MSI encontravam-se numa fase de redefinição bastante profunda dos valores que os tinham acompanhado ao longo dos 40 anos do segundo pós-guerra, sem contudo se terem empenhado num processo orgânico de refundação cultural.

ALLEANZA NAZIONALE: À PROCURA DE UMA NOVA IDENTIDADE POLÍTICA

Esta mudança acelerou-se rapidamente no princípio dos anos 90, quando o colapso da Primeira República, devido à acção da magistratura, ofereceu ao MSI uma oportunidade única para emergir como actor político central,

graças ao seu não envolvimento na rede de corrupção. Assim, o MSI acentuou, por um lado, a sua postura anti-sistema, parcialmente moderada nos anos 80 pelas aberturas socialistas, mas por outro lado começou a questionar a sua identidade, face à crescente atenção de largas faixas de eleitorado, alheio à subcultura neofascista, mas à procura de novos referentes políticos. Neste sentido, o jovem Gianfranco Fini, sucessor de Almirante desde 1987, soube aproveitar a oportunidade. Após uma malograda estratégia inspirada na *Front National* francesa (na altura o partido da extrema-direita com mais êxito na Europa ocidental), e vista a receptividade do eleitorado moderado em crise, Fini optou por abandonar o discurso típico da extrema-direita e por promover a mais proveitosa imagem de partido reformador do sistema. O processo gradual culminou no congresso de Fiuggi (26-29 de Janeiro de 1995), que consagrou a transformação do MSI na nova formação política *Alleanza Nazionale* (AN). Apesar das intenções de representar a casa comum das direitas italianas, a operação foi, na verdade, de pura cosmética política, sendo a estrutura, a liderança e a militância da AN as mesmas do MSI (Ignazi e Bardi, 2006, p. 35), inclusive nas suas referências ideológicas.

Do ponto de vista organizacional, a passagem do MSI a AN representou um impacto notável na estrutura do partido. Este passou dos 142 344 inscritos (1990) aos 324 344 (1994), alcançando os 593 951 inscritos (2004) no final da primeira década de existência da AN. Da mesma forma, as unidades de base do partido passaram das 2500 (1990) às 9000 (1994), e por fim às 12 812 (2004) (Morini, 2007, pp. 153 e 156). Este incremento promoveu uma renovação da *membership*, com uma diminuição da percentagem de militantes oriundos do MSI, que, na sua quase totalidade, aderiram à AN. A esmagadora maioria dos novos inscritos na AN não vinham de anteriores experiências políticas, mas aderiram por acreditar no projecto renovador do partido. A militância clássica, contudo, continuou animada pelos veteranos do MSI, que demonstraram também uma maior insatisfação pela passagem do MSI de partido de massas a *cartel party* com a AN (Ignazi e Bardi, 2006, pp. 38-39, 53).

O congresso de fundação da AN representou, assim, o ponto de partida de um percurso de progressivo afastamento em relação à identidade fascista. Os primeiros passos foram bastante tímidos: a única concessão, na altura, foi o reconhecimento do antifascismo como factor histórico necessário à reconquista das liberdades negadas pelo fascismo. Apesar disso, em 1995, ainda 62% dos quadros da AN consideravam o fascismo um regime substancialmente positivo e 7% consideravam-no até o melhor regime que alguma vez tinha existido em Itália. As mudanças relativamente aos temas sociais (toxicodependência, homossexualidade, poderes da polícia, pena de morte, relações de género) foram mais fáceis: os quadros da AN de 1995 demons-

travam uma certa abertura de cariz liberal, confirmando assim as tendências registadas nos inquéritos ao MSI de 1987 (Ignazi, 2004, pp. 148-149) e de 1990, quando o líder Fini ainda definia os militantes do partido como “fascistas, herdeiros do fascismo, pós-fascistas ou fascistas do século XXI” (Tarchi, 2003, p. 9).

As acelerações e resistências derivaram também da vontade da liderança da AN de reformular a cultura política do partido, sem rupturas abruptas, abandonando progressivamente, mas decididamente, os arraiais do neofascismo e afastando-se das tentações de representar, em Itália, aquela nova extrema-direita com um certo sucesso no estrangeiro (Jean-Marie Le Pen, Jörg Haider, Pim Fortuyn). A *Alleanza Nazionale* preferiu uma aproximação ao conservadorismo moderado, de cariz gaullista, numa estratégia que Ignazi definiu de “pós-fascista” ou “proto-conservadora” (Ignazi, 2004, p. 152). Neste sentido, os dirigentes da AN, demonstraram sempre um reformismo muito mais acelerado, em comparação com os quadros intermédios e com os militantes de base. Estes últimos, todavia, permaneceram fiéis à linha traçada pelo líder Fini, apesar de a contestarem em variadas ocasiões, principalmente nos assuntos directamente relacionados com o fascismo. Neste aspecto, a *Alleanza Nazionale* continuou a tradição do MSI de partido governado pelo princípio do “centralismo plebiscitário”, no qual os quadros e os militantes seguem fielmente as escolhas ideológicas do líder, apesar de não as aprovarem totalmente, ou de apenas aderirem posteriormente a essas escolhas (Tarchi, 2003, p. 6).

De facto, as três cisões mais importantes que se produziram no interior da *Alleanza Nazionale* por causa da identidade do partido falharam redondamente do ponto de vista eleitoral, demonstrando que as bases já não estavam dispostas a arriscar o regresso ao gueto do neofascismo. A primeira cisão, liderada por Pino Rauti, produziu-se logo no congresso de fundação da AN, com a formação do *Movimento Sociale Fiamma Tricolore* (MS-FT), que naufragou na irrelevância dos resultados eleitorais (0,5% a 1% nas legislativas entre 1996 e 2006). A segunda cisão, liderada por Alessandra Mussolini, realizou-se em Novembro de 2003, no seguimento da condenação do fascismo proferida por Fini na sua primeira viagem a Israel. A reacção revanchista de Mussolini, com a coligação eleitoral *Alternativa Sociale* (AS), fracassou entre o 1,2% das europeias de 2004 e o 0,6% das legislativas de 2006. Finalmente, uma terceira cisão, em Novembro de 2007, liderada pelo dirigente nacional Francesco Storace, em contraposição ao projecto de fusão entre a AN e o partido de Berlusconi, também faliu: o novo partido *La Destra* alcançou uns escassos 2% dos votos, em coligação com o MS-FT, nas legislativas de 2008.

Se já no final dos anos 80, a base do MSI se encontrava em movimento do ponto de vista da cultura política, as contingências históricas dos anos

90 permitiram um ulterior ajustamento desta evolução, com uma definitiva estabilização na área da direita moderada. Um inquérito realizado em 1998, por ocasião do congresso nacional de Verona da *Alleanza Nazionale*, revelou que quase 80% dos delegados se colocavam nas posições de 7 a 9 da escala esquerda-direita, com uma forte concentração na “direita” face aos inquéritos precedentes, e com um esvaziamento tanto da “extrema-direita” como da “esquerda”. Ou seja, após o malogrado parêntese da secretaria Rauti, os quadros do partido posicionaram-se, entre 1990 e 1995, maciçamente à direita, reforçando esta dinâmica centrípeta nos três anos seguintes ao congresso de fundação da AN, entre 1995 e 1998. A percentagem de delegados que em 1998 colocava o partido mais ao centro face ao próprio posicionamento pessoal duplicou, ao passo que apenas 1/5 dos que se consideravam de extrema-direita colocaram aí também o partido. Ou seja, os quadros percepcionavam o partido como tendo um posicionamento mais ao centro do que o seu: se 77,4% colocavam o partido na direita, mais de 20% não o colocavam nem na direita nem na extrema-direita, o que representa bem a percepção do caminho de moderação encetado pela liderança da AN (Bertolino e Chiapponi, 1999, pp. 218-222).

Se no interior do partido prevalecia a lógica da moderação, em relação aos outros actores políticos permanecia ainda uma desconfiança bastante forte, sobretudo em relação aos adversários de esquerda. Pelo contrário, em relação aos aliados do centro-direita, os quadros da AN demonstraram uma diminuição de incompatibilidade face à *Lega Nord* (apenas 15,4% recusavam qualquer relação com o partido separatista) e uma ampla simpatia para *Forza Italia*, tanto que os 10,1% preconizavam, já em 1998, uma fusão com o partido de Berlusconi (Bertolino e Chiapponi, 1999, p. 225). Permanecia, contudo, uma certa desconfiança em relação às aproximações excessivas aos adversários políticos, julgadas perigosas para a identidade do partido. Esta atitude reflecte, nos quadros vindos do neofascismo, a cultura do “gueto” baseada na relação “amigo/inimigo” (Bertolino e Chiapponi, 1999, pp. 234 e 240). Em relação aos partidos estrangeiros de direita, os quadros da AN, inquiridos em 1998, declararam-se próximos tanto de partidos da direita moderada (os conservadores britânicos), como de formações extremistas (FN francês e o FPÖ austríaco), denotando como o processo de moderação estava ainda em fase de transição (Bertolino e Chiapponi, 1999, p. 228).

A razão desta mudança reside na socialização de muitos dos quadros do MSI que passaram pelas instituições representativas regidas pelas regras do compromisso democrático. Estamos a falar de várias dezenas de quadros políticos desde a década de 60 até 1995: entre 18 e 50 eleitos nos parlamentos regionais, entre 632 e 2005 eleitos nos parlamentos provinciais e comunais. Números que dispararam a partir de 1995, com 254 presidentes de

câmaras municipais, 554 vereadores nos governos municipais, 29 nos provinciais e 22 nos regionais (Tarchi, 1997, p. 47 e 315). Mais relevante foi a participação nos governos Berlusconi: 5 ministros e 12 sub-secretários de Estado na XII legislatura (de 15-4-1994 a 16-2-1996); 7 ministros, 3 vice-ministros e 13 sub-secretários de Estado na XIV legislatura (de 30-5-2001 a 27-4-2006) (Morini, 2007, p. 171). Estes quadros tornaram-se parte do sistema, apesar de pertencerem a um partido anti-sistema, e privilegiaram estratégias pragmático-eleitorais face às de tipo ideológico (Bertolino e Chiapponi, 2009, p. 242).

Esta tendência centrípeta convive com vestígios da antiga cultura política do MSI (Dézé, 2009, p. 25), como demonstram as entrevistas realizadas em 2006 a militantes e quadros intermédios de extrema-direita (dos quais $\frac{1}{2}$ a $\frac{3}{4}$ pertencentes à AN). Os resultados revelavam ainda um certo apego ao rótulo de “fascista”, hoje menos estigmatizante graças à legitimação do partido; uma atitude anti-sistema e revolucionária como metáfora sinónimo de mudança radical de dentro, e não contra as instituições; um nacionalismo com tons etnocêntricos, principalmente face ao islão; valores pós-materialistas em matéria de ecologia, mas também valores típicos da direita, como a segurança nacional e a soberania nacional com políticas de potência (Klandermans e Mayer, 2006, pp. 82-83; 87-90; 259-262).

A NOVA IDENTIDADE CODIFICADA NOS PROGRAMAS

Ponto central na dinâmica centrípeta da extrema-direita italiana foi a estratégia de Gianfranco Fini de historicizar o fascismo, expulsando-o do debate político como identidade prejudicial para a direita do século XXI face às oportunidades oferecidas. Nesse sentido, os documentos programáticos da AN repetiram constantemente a vontade de o partido se assumir como representante da direita democrática (e não enquanto filha do fascismo), cujos valores de referência existiam antes do fascismo, atravessaram o fascismo e lhe sobreviveram. Apesar disso, no congresso fundacional de 1995, a AN ainda não reconhecia o antifascismo como um “valor em si”, mas apenas como o momento histórico necessário para a recuperação daquelas liberdades que o fascismo tinha negado (Tarchi, 2003, p. 10). Em termos de cultura política, a AN reivindicou entre os seus pais espirituais, tantos os autores clássicos, ligados directa ou indirectamente ao fascismo (Pareto, Michels, Mosca, Marinetti, Prezzolini, Spirito, Gentile, Evola), quanto os pais da cultura nacional italiana (Dante, Machiavelli, Croce), e até o democristão Don Sturzo e o comunista Gramsci (Tarchi, 2003, p. 11). Tratou-se de uma vontade claramente instrumental de se integrar na vida político-cultural italiana, cujo ponto de chegada foi o reconhecimento da boa prova de si dada pelo

regime democrático nos cinquenta anos do pós-guerra: um corte radical com a antiga índole anti-sistema do MSI.

Para evidenciar a sua matriz conservadora, moderada e pós-fascista, a AN centrou a sua identidade no binómio liberdade/autoridade: uma liberdade como valor irrenunciável, que não é arbítrio, dentro de um Estado com autoridade, mas não autoritário. Neste sentido, a dignidade da pessoa era reconhecida dentro do âmbito comunitário (família, nação, Estado), rejeitando o individualismo iluminista (Tarchi, 2003, p. 13). A AN manteve a recusa da concepção contratualista da sociedade e continuou a entender a nação como organismo vivo, dotado de um passado, de uma tradição, de uma identidade e, portanto, de um destino comum. O partido propunha, assim, o comunitarismo como característica central de uma direita que se opõe ao universalismo homogeneizador da esquerda. Contudo, no seu percurso de afastamento do fascismo, a AN redimensionou o papel do Estado na sociedade, diminuiu a ênfase no conceito de povo, e abandonou um certo populismo plebiscitário. Pelo contrário, recuperou do neofascismo do MSI a devoção à nação, para aproveitar, nos anos 90, o renascido patriotismo, após a queda do comunismo, e para contrastar com as derivas secessionistas da *Lega Nord*. Tratou-se de um patriotismo com moderadas conotações etno-culturais, respeitador das identidades regionais e das energias locais expressas pela sociedade civil (voluntariado e associativismo), contra um excessivo centralismo estatal. Tratou-se aqui de uma ruptura com o antigo MSI, que permitiu uma viragem liberal na organização da sociedade, no aspecto quer político-institucional, quer económico. Esta aproximação da AN ao liberalismo económico resolveu-se num breve e malogrado período de tempo, entre 1999-2000, rapidamente absorvida porque não apreciada pela base militante, que demonstrou, neste caso, não querer confundir-se com a identidade ultraliberal da *Forza Italia* e da *Lega Nord*. A *Alleanza Nazionale* regressou, assim, à fórmula da “economia social de mercado”, sem contudo abraçar as antigas tendências corporativas do MSI no que diz respeito à participação dos trabalhadores na gestão e nos lucros das empresas. Mais uma vez, ganhou a mediação e a moderação entre as correntes internas de direita e de esquerda. Da derrapagem liberal permaneceu, na AN, uma forte desconfiança em relação ao ecologismo. O partido promoveu um “ambientalismo antropocêntrico”, que fosse não um entrave mas um impulso ao desenvolvimento do país. De facto, as críticas de antigo sabor neofascista aos modelos produtivos e económicos do liberal-capitalismo não se traduziram, com a AN, em propostas de alternativa radical (Tarchi, 2003, pp. 24 e 29).

O partido permaneceu, pelo contrário, ligado à tradição neofascista num certo conservadorismo dos valores sociais, fruto de uma concepção espiritual da vida de cariz católico, oposta ao materialismo marxista. Esta postura reflectiu-se nas posições da AN face aos temas da bioética, do aborto, da

liberalização das drogas, da eutanásia, das uniões de facto. O mesmo poderá ser dito em relação a questões como o trabalho e a economia, em que as aberturas às ideias liberais foram temperadas por uma forte crítica à exploração neo-liberal.

Um capítulo importante do afastamento da extrema-direita é o tema do racismo. Em todos os documentos elaborados desde 1995, a AN repudiou qualquer forma de xenofobia e ódio racial. Para frisar ainda mais o conceito, o documento de fundação de 1995 condenou abertamente todas as formas de anti-semitismo, inclusive as camufladas de anti-sionismo.³ O partido considerou a imigração como um dado inelutável, que podia representar até um recurso para a nação, se gerido com políticas adequadas de assimilação. Neste sentido, a AN reconheceu a necessidade de salvaguardar todas as identidades, mas sempre encarou com preocupação os perigos desagregadores do multiculturalismo. Estas posições de equilíbrio entre integração, assimilação e multiculturalismo nunca reflectiram perfeitamente os sentimentos da base do partido que, pelo contrário, se envolveu amiúde em protestos locais de sabor xenófobo. A AN soube resistir às tentações de representar a direita “lei e ordem”. Apesar de se manter firme no combate à criminalidade (expulsão dos imigrantes ilegais, permanência da prisão perpétua e do regime prisional especial para os mafiosos), abandonou as propostas mais duras do MSI (pena de morte, intervenção excepcional das Forças Armadas).

No campo das reformas institucionais, a primeira preocupação da *Alleanza Nazionale* foi libertar-se da imagem autoritária do MSI, desde sempre apoiante de um Estado presidencial de cariz cesarista ou plebiscitário. Para isso, a AN apostou num reformismo que aumentasse e não diminuísse a democracia, através da participação directa dos cidadãos: eleição directa do presidente da República ou do chefe de governo; instituição do referendo de iniciativa popular; diminuição do poder do parlamento em favor de uma maior representatividade orgânica de famílias e categorias socioprofissionais. Em contrapartida ao reforço dos vértices do Estado, a AN aderiu à reforma federalista, abandonando a concepção centralista do MSI, em prol de formas mais modernas e flexíveis de descentralização dos poderes.

Na política internacional, a *Alleanza Nazionale* não precisou de realizar rupturas abruptas face ao MSI. Apesar de certas tendências antiamericanas e de europeísmo terceiro-forcista, o MSI sempre foi um partido pró-ocidental. A AN manteve e acentuou esta posição: Europa das pátrias, confederada, com um papel reforçado na NATO, fidelidade à aliança ocidental, reconhe-

³ No MSI, o anti-semitismo foi sempre bastante marginal, ao contrário dos partidos de extrema-direita extraparlamentares. O partido olhou sempre com simpatia para o Estado de Israel, considerado um baluarte do Ocidente no mundo islâmico.

cimento dos EUA como libertadores, apoio incondicional a Israel, vigilância contra o integralismo islâmico. Estas últimas duas posições, claras na fundação do partido, atenuaram-se nos anos seguintes, em prol de uma visão mais diplomática do diálogo entre o mundo ocidental e o mundo árabe. Do antigo nacionalismo do MSI permaneceu na AN a reivindicação dos direitos dos refugiados das terras italianas da ex-Jugoslávia (Istria e Dalmácia), já não numa perspectiva de reintegração na soberania italiana, mas de reconhecimento do estatuto especial e do direito à indemnização dos espoliados. Apesar das críticas à “nova ordem mundial”, de facto o partido nunca contestou o poderio unipolar norte-americano, e aliás apoiou todas as operações de polícia internacional lideradas pelos EUA na viragem do milénio.

Em conclusão, a *Alleanza Nazionale* distanciou-se da cultura política do MSI em relação quer ao fascismo, quer ao sistema democrático. Com base nos indicadores propostos por Cas Mudde para definir a ideologia de extrema-direita (Mudde, 2000, p. 170), o politólogo Marco Tarchi sublinha que desde 1995 a evolução da AN afastou o partido da família política radical. Desapareceram os vestígios de “ultra-nacionalismo palingenésico”, que Roger Griffin (1991) considera fundamental para o neofascismo e tornaram-se cada vez menos relevantes os indicadores constitutivos do vocabulário da extrema-direita: nacionalismo, tendência para o exclusivismo, xenofobia, culto do Estado forte, chauvinismo do *welfare*, ética tradicional, revisionismo histórico. O acentuar-se da aproximação à direita moderada e ao conservadorismo exclui a AN também da área dos partidos populistas, caracterizados por uma mensagem de protesto radical contra as elites nacionais, os abusos do sistema de partidos e a sufocante fiscalidade do Estado (Tarchi, 2003, pp. 49-51). Embora posicionada cada vez mais ao centro, a *Alleanza Nazionale* não se tornou num novo partido liberal. O seu reconhecimento da pessoa como parte orgânica de um todo comunitário, a sua ideia de que a liberdade tem sentido só em diálogo com a autoridade, a supremacia da política sobre a economia, aproxima-a mais de um partido conservador, pólo de atracção, em Itália, do antigo eleitorado democrata-cristão. Tarchi indica três fases desta evolução (Tarchi, 2003, pp. 55-56): entre 1995 e 1997, a *Alleanza Nazionale* engendrou uma mensagem populista de renovação radical da estrutura política da Itália, abalada pela operação “mãos limpas”. Entre 1998 e 2000, assumiu uma identidade liberal, como partido modernizador e defensor da unidade nacional, na ilusão de poder competir na mesma área eleitoral da *Forza Italia* e da *Lega Nord*. Desde 2000, recuperou algumas antigas linhas identitárias do MSI, para se apresentar como partido de ordem, comunitarista, social: uma direita moderada e conservadora.

Nos últimos anos, os trabalhos de investigação sobre a *Alleanza Nazionale* tornaram-se mais escassos e a ciência política deixou o campo às análises produzidas por comentadores vindos do jornalismo político. A falta de dados

quantitativos e de inquéritos aos militantes e eleitores do partido não permitem, assim, uma avaliação científica das mudanças em curso na antiga direita radical italiana nos últimos cinco anos.⁴ Todavia, a escassa bibliografia disponível sobre este último período, mais sólida do que os simples artigos de opinião, permite esboçar algumas linhas da evolução da cultura política da *Alleanza Nazionale* no futuro próximo. A opinião corrente dos comentadores aponta para um partido caracterizado cada vez mais por um rumo incerto, sem um projecto definido, sem um objectivo claro que não seja apenas a legítima aspiração à conquista do poder e à sua gestão diária (Giuli, 2007, p. 4).

Se, em finais da década de 90, os estudos falavam de um partido em transição, no qual a cultura política fortemente identitária do MSI esmorecia inexoravelmente em prol de algo ainda não claramente definível, quase dez anos depois esta transição, já em fase avançada, é rotulada como “do quase nada ao nada” (Giuli, 2007, p. 7). Na opinião do autor, isto deveu-se não apenas ao mero carreirismo da elite da AN, mas às limitações ínsitas na cultura política do MSI que, ao longo dos seus 48 anos de vida, produziu apenas a prosaica cultura neofascista, ou seja uma quase paródia do fascismo histórico. Foi portanto inevitável que o pós-fascismo resultasse num mero abandono de uma tradição já há longo tempo degradada pelo neofascismo. Neste sentido, não foi apenas o carácter com frequência parodista do neofascismo que esfarelou rapidamente esta cultura política aquando do acesso dos antigos radicais ao poder, mas também o processo de socialização que os quadros do MSI viveram ao longo das quase cinco décadas da sua existência. Apesar de marginalizados, eles permaneceram sempre dentro das instituições democráticas, tanto no parlamento como nas administrações locais. O secretário do partido, Gianfranco Fini, é o protótipo desta socialização dos quadros neofascistas nas instituições: desde a sua liderança do movimento juvenil do MSI nos anos 70, que Fini sempre conviveu com as práticas e as lógicas das instituições democráticas. Experiência reforçada nos anos da secretaria do partido, entre 1987 e 1994, na qual protelou o rol clássico do neofascismo apenas pelas contingências históricas que, apesar das aberturas socialistas, ainda mantinham o MSI na margem do sistema. Quando o poder ficou ao alcance do partido, Fini e toda a sua classe dirigente não tiveram dificuldades em renunciar a uma identidade já supérflua. O caminho do pós-fascismo foi assim não uma revisão crítica, madura e consciente de um património histórico ideal, mas uma liquidação instrumental rumo a uma identidade antifascista familiarizada ao longo da experiência demo-parlamentar. O único paradoxo foi o de que a classe dirigente

⁴ No congresso de fundação do *Popolo della Libertà* foi proibido o acesso à equipa de investigadores dirigidas pelo politólogo Marco Tarchi no âmbito do projecto *Osservatorio italiano sulle trasformazioni dei partiti*.

finiana, liquidatária do neofascismo, foi a mesma que, desde os anos 70, à volta de Giorgio Almirante, teimou em manter viva a identidade fascista do partido, em contraposição à corrente não-fascista da *Democrazia Nazionale* e à pós-fascista da *Nuova Destra* (Giuli, 2007, p. 21). Por estas razões, o congresso fundacional da *Alleanza Nazionale* foi vivido por muitos dirigentes como uma definitiva libertação do passado fascista do MSI, sentido já há algum tempo como um lastro para o pleno desenvolvimento do potencial institucional da direita italiana. No fundo, o nascimento da AN foi a celebração em forma mais vinculada do projecto de Giorgio Almirante da “direita nacional”, ou melhor, da cultura política que vigorou no MSI pelo menos nos últimos 25 anos (Giaccio, 2011, p. 73). Uma cultura mais “almirantiana” do que fascista, ou seja, uma gestão de vértice do partido, uma prática política carismático-plebiscitária, um estilo nacional-conservador que proporcionava já todos os instrumentos para dismantelar facilmente, em 1995, uma cultura política com uma tradição de meio século (Giuli, 2007, p. 27). A operação foi bastante fácil já que no MSI a base militante se caracterizava por uma confiança cega nas palavras e nas decisões do líder, que graças ao paternalismo nas relações com as diferentes correntes internas, conseguia manter o partido numa posição de subserviência, de facto, em relação às decisões do vértice. O exemplo mais evidente desta liberdade do líder de impor a identidade do partido foi, no caso da *Alleanza Nazionale*, a declaração proferida por Gianfranco Fini na sua visita de Novembro de 2003 a Israel. No memorial de Yad Vashem, Fini definiu as leis raciais fascistas de 1938 como “o mal absoluto”. As agências noticiosas difundiram logo esta declaração como referida ao fascismo no seu conjunto, sem que o líder da AN se preocupasse em rectificar a interpretação dos *media*, numa atitude evidentemente instrumental de sondar a reacção dos quadros e da base do partido. Averiguada a exiguidade das críticas e a aceitação da maioria do partido, Fini confirmou com o seu silêncio este ulterior afastamento em relação ao fascismo (Baldoni, 2009, p. 317).

Apesar da liderança carismática e da atenuação da identidade ideológica, na *Alleanza Nazionale* continuaram a permanecer, na alvorada do século XXI, diferentes correntes enraizadas nas divisões do MSI e lideradas pelos chamados “coronéis”. A esquerda do partido foi representada pela corrente *Destra Sociale*. Dirigida pelo chefe da juventude *missina* dos anos 80, Gianni Alemanno, a *Destra Sociale* pretendeu representar na AN a componente radical, laica e social, herdeira do nacionalismo revolucionário dos anos 70/80, balizada nos princípios de participação, comunitarismo, e na economia social de mercado.

A *Destra Protagonista*, liderada pelos antigos braços-direitos de Fini (e de Almirante) no MSI (Maurizio Gasparri e Ignazio La Russa), representou na AN a cultura política nacional-conservadora, mas foi também a mais permeável à influência do “berlusconismo” (Baldoni, 2009, p. 306).

Finalmente, a *Nuova Alleanza* reuniu, à volta dos dirigentes Altero Matteoli e Adolfo Urso, as sensibilidades mais liberais do partido pós-fascista.

Apesar das diferenças, todas as três componentes — social, nacional-conservadora e liberal — reproduziram o baixo nível de laicismo da direita italiana que já tinha caracterizado o MSI. O antigo partido neofascista, de facto, tinha sempre apoiado as posições do Vaticano em matéria de valores e costumes (referendos dos anos 70 em matéria de divórcio e aborto), tinha reivindicado as raízes judaico-cristãs da Itália e da Europa (com excepção da componente, minoritária, pagã e *evoliana* do partido) e celebrado a Itália da concordata Estado-Igreja. A *Alleanza Nazionale*, com efeito, nunca se afastou destas linhas de cultura política, e até a sua ala mais radical, a *Destra Sociale*, evoluiu cada vez mais na direcção das posições da Conferência Episcopal italiana, tornando-se um referente na AN do eleitorado católico em temas relacionados com a bioética e os valores. Esta evolução da *Destra Sociale* foi sintomática do deslizamento na direita da cultura política da *Alleanza Nazionale* (Giuli, 2007, p. 101).

De facto, nos últimos anos, a *Alleanza Nazionale* aproximou-se do conservadorismo católico, tornando-se, assim, um partido de direita apreciável por um eleitorado moderado, assustado com o separatismo radical da *Lega Nord* e incomodado com o tele-populismo de Berlusconi (Tarchi, 2010b, p. 9). Com esta nova imagem, depurada de qualquer saudosismo fascista, a AN encetou um caminho, ao longo da primeira década do século XXI, de progressiva identificação com o pólo de centro-direita, tornando a sua identidade não alternativa, mas complementar à do partido de Berlusconi. Isso permitiu uma fusão com o partido *Forza Italia*, operação terminada em Março de 2009, com o congresso constituinte do *Popolo della Libertà* (PdL). A partir daí, abriu-se um novo capítulo na história dos antigos neofascistas, já não ligado tanto à identidade desta comunidade de “exilados na pátria” (Tarchi, 1995), quanto ao percurso pessoal do seu líder Gianfranco Fini, cada vez mais próximo de se tornar novo líder de um centro laico, moderado, modernizador, e cada vez menos afim à tradição da direita nacional.

O NOVO RUMO DO ANTIGO LÍDER: FINI E A DIREITA NOVA DO SÉCULO XXI

Paralelamente à evolução moderado-conservadora da *Alleanza Nazionale*, desenvolveu-se um percurso inteiramente pessoal do seu líder Gianfranco Fini. A sua trajectória político-cultural é provavelmente o evento mais curioso que a direita italiana testemunhou nestes últimos anos. O jornalista político Salvatore Merlo apelidou esta trajectória de “direita afrancesada” (Merlo, 2010, p. 24) para sublinhar a tentativa de Fini de criar uma alternativa a Berlusconi e introduzir em Itália os modelos oriundos do conservadorismo

européu: Nicolas Sarkozy, David Cameron, Angela Merkel, José Maria Aznar, o sueco Fredrik Reinfeldt, o austríaco Guido Westerwelle. A ideia de fundo é não renegar a moral católica, mas também reivindicar a laicidade e a distinção entre moral privada e pública (Merlo, 2010, pp. 100-101),⁵ com o intuito de moldar uma nova direita europeia, desideologizada, pós-berlusconiana, que saiba encontrar consensos também no eleitorado de esquerda não através do maximalismo socializante (típico da esquerda ex-MSI), mas através da laicidade das posições em temas sensíveis para a direita. Esta derradeira tentativa de modernização da direita teve uma aceleração por parte de Fini aquando da sua nomeação, em 2008, à presidência da Câmara dos Deputados do Parlamento Italiano: uma posição de alto valor institucional que lhe permitiu uma ampla margem de manobra. O caminho de Fini teve, contudo, uma origem mais remota: começou em 1999 com a malograda coligação eleitoral de cariz republicano à norte-americana, com o centrista Mario Segni; acelerou com a participação de Fini na constituinte europeia em 2002-2003, em representação de Itália; e culminou com a viagem em Israel de 2003. Estas experiências políticas, juntamente com os anos de governo entre 2001 e 2006, introduziram Fini nas oligarquias europeias, tanto políticas como económico-financeiras, e despertaram nele tendências hiperlaicistas, consideradas, por alguns, preexistentes ao seu antigo neofascismo de fachada (Merlo, 2010, p. 176) e, por outros, simples frutos de oportunismo político (Tarchi, 2010b, p. 10).

Em termos práticos, esta conversão traduziu-se numa ruptura ideológica face às raízes, quer do MSI, quer da AN, em matérias de laicidade do Estado e direitos civis das minorias (Merlo, 2010, p. 26). Contudo, Fini manteve um profundo ocidentalismo que, apesar de recusar o paradigma do choque de civilizações, vê no eixo atlântico o posicionamento natural (cultural e geoestratégico) de Itália e de Europa (Giuli, 2007, p. 67).

As directrizes da nova cultura política *finiana* foram traçadas paradoxalmente por alguns dos intelectuais (antigos adversários de Fini no MSI) da *Nuova Destra* (ND), reunidos agora na Fundação *Farefuturo* (Umberto Croppi, Peppe Nanni, Monica Centanni, Fabio Granata, Luciano Lanna), juntamente com a geração mais nova de intelectuais oriundos, alguns deles, da *Destra Sociale* (Angelo Mellone). Os analistas políticos debruçaram-se ultimamente sobre a natureza deste percurso e desta aliança cultural entre antigos rivais. Se alguns (Merlo, 2010, p. 90) consideram o novo percurso *finiano* uma reprodução das tentativas pós-fascistas da *Nuova Destra*, outros (Tarchi *in primis*) negam que se trate de uma conversão de Fini às ideias da ND, mas de uma traição das ideias originárias desta corrente de

⁵ Emblemático é o facto de Fini se ter declarado ateu em 2009 (único dos líderes de direita a tê-lo feito publicamente) e ao mesmo tempo ter apoiado as raízes judaico-cristãs na constituição europeia.

pensamento perpetrada pelos actuais conselheiros de Fini (Tarchi, 2010a, p. 469). A ND, pois, sempre foi adversária dos EUA (cultural e politicamente), do neo-capitalismo, dos nacionalismos chauvinistas (aos quais preferia a identidade europeia), do conceito de Ocidente: posições que dificilmente se encontram na conversão de Fini (Giuli, 2007, p. 89).

Em qualquer dos casos, tornou-se perfeitamente funcional a esta nova identidade política a fusão de 28 de Março de 2009 entre a *Alleanza Nazionale* e a *Forza Italia*, no novo sujeito político *Popolo della Libertà* (PdL), já estabelecida pelos dois respectivos líderes em 27 de Fevereiro de 2007. Para a *Alleanza Nazionale* tratou-se quase de uma escolha forçada, visto que o partido já tinha alcançado o seu máximo de capacidade eleitoral (v. quadro) e, nas palavras do seu dirigente Fabio Granata, já estava totalmente *berlusconizado* (Giaccio, 2011, p. 79). O seu objectivo inicial de se tornar o partido hegemónico da direita italiana tinha de uma certa forma fracassado: o abandono da identidade do MSI não foi compensado por uma aquisição substancial de outras tradições das direitas italianas. Para além disso, a conquista de votos vindos do eleitorado não neofascista não correspondeu a uma renovação da classe dirigente: tanto no centro como na periferia, os quadros permaneceram os do MSI. Estes factores viriam a tornar-se, com o tempo, um entrave à carreira política pessoal de Gianfranco Fini, cuja vontade de concorrer com Berlusconi à liderança de todas as direitas italianas não estava em nada facilitada por um partido cuja estrutura e cultura política demonstraram ser sempre escleróticas e difíceis de reformar.⁶ A fusão permitiu assim ao líder da AN libertar-se das limitações estruturais do partido e acelerar o caminho reformista em direcção a uma cultura laica, multiétnica e dos direitos civis, imbuída daquele universalismo à francesa que permitira a Fini tanto incursões na área do centro-esquerda italiano em crise de identidade, quanto uma vincada demarcação de Berlusconi no centro-direita. Já no congresso de fundação do PdL, Fini tomou uma posição de alternativa interna. Várias são as áreas de intervenção em que a facção de Gianfranco Fini marcou posições de inovação cultural face, tanto às outras componentes vindas da *Alleanza Nazionale*, como à base de Silvio Berlusconi. No tema da imigração, Fini declarou-se contrário à criminalização da imigração clandestina, favorável ao voto administrativo dos imigrantes e à concessão da cidadania após cinco anos de permanência em Itália. No campo da bioética, Fini demonstrou-se favorável à procriação medicamente assistida, contrariando as posições oficiais da AN e dos seus militantes. Em 2009 criticou a proposta de Lei do PdL em matéria de testamento biológico, rotulando-a como típica de um “estado ético”. Na área da justiça, Fini abandonou os tons justicialistas do MSI/AN dos primeiros anos 90 e desmarcou-se dos ataques de Silvio Berlusconi à magistratura

⁶ Para os comentadores políticos, Fini é apenas o exemplo da classe política do MSI/AN, que nunca se interessou pela reflexão crítica acerca da cultura política do partido.

italiana. No campo dos direitos dos homossexuais, Fini mostrou-se favorável não apenas à legalização das uniões de facto, mas também ao agravamento das penas para os crimes homofóbicos. Todavia ainda não chegou a concordar com o alargamento da instituição do casamento aos casais homossexuais, pois advoga ainda a ideia da família heterossexual e monogâmica, como célula base da sociedade (Merlo, 2010, pp. 156-157).⁷

Em relação ao estilo de Berlusconi de gestão do poder, Gianfranco Fini vinha já há alguns anos a construir uma alternativa, graças à posição institucional privilegiada de presidente da Câmara dos Deputados. As frentes mais quentes foram a crítica ao chefe do governo pelo abuso dos decretos de emergência (que evita o processo legislativo regular), do voto de confiança solicitado ao parlamento, e pelo desrespeito de Berlusconi pelo Parlamento. Nestas críticas, Fini encontrou um aliado no presidente da República, o ex-comunista Giorgio Napolitano: os dois convergiram na defesa dos valores da constituição e tornaram o antigo líder da direita radical neofascista no defensor das instituições democráticas e dos seus princípios.

Todas estas premissas levaram à deterioração das relações entre Berlusconi e Fini no PdL, à saída deste último com os seus fiéis em Julho de 2010 e à oficialização, em Fevereiro de 2011, do novo sujeito político *Futuro e Libertà per l'Italia* (FLI). A operação foi lida pelos analistas como a estratégia de Fini de reconquistar credibilidade na perspectiva do pós-berlusconismo. Para alguns, este protagonismo institucional não assenta em nenhum projecto original em termos de cultura política coerente e de nova identidade (Tarchi, 2010b, p. 10). Para outros, nem sequer tem grandes possibilidades de vingar do ponto de vista eleitoral, sendo que a identidade laica e liberal de FLI não é particularmente atractiva para o eleitorado de esquerda, já apetrechado com alternativas do género, nem para o de centro, já munido de uma liderança consolidada, nem para o de direita, já socializado na cultura e *praxis* política do *berlusconismo* (Giaccio, 2011, pp. 85-87). Assim, a avaliação da capacidade eleitoral do FLI, entre 5% e 8%, arrisca-se até a ser optimista à luz dos resultados das eleições administrativas de 2011, em que o partido não ultrapassou 4% dos votos.

CONCLUSÕES

No ano da fundação oficial da *Alleanza Nazionale*, o sociólogo italiano Franco Ferraresi (1995) publicava o livro cuja tese de fundo inseria o MSI numa galáxia de forças que representaram, dentro e fora das instituições, a pior ameaça à democracia italiana no segundo pós-guerra. Sem nos querer-

⁷ As aberturas ao laicismo dos valores e à solidariedade com os imigrantes gerou uma relação ambígua entre a componente de Gianfranco Fini e as hierarquias católicas que se opunham a ele numa frente, apoiando-o na outra.

mos envolver na crítica, assaz complexa, a esta tese, não deixa de ser curioso como um partido considerado pelos seus adversários como o maior perigo às instituições democráticas e, por muitos dos seus militantes, como uma força revolucionária e anti-sistema, tenha representado diligentemente, durante 48 anos, nas mais altas instituições da democracia italiana, cerca de dois milhões de eleitores, alcançando até lugares de governo, e tenha entretanto conhecido uma ruptura no seu sistema de oportunidades, abandonando num curto espaço de tempo uma duradoura identidade radical.

A razão desta aparente contradição reside, como já sublinhado por alguns analistas (Bertolino e Chiapponi, 1999, p. 212), na necessidade de o MSI enfrentar a marginalização institucional, constituindo, à volta da identidade fascista, uma verdadeira subcultura fechada ao exterior e com uma alta temperatura ideológica no interior, para socializar e cimentar os seus militantes. Isso tornou o MSI num partido imóvel, ao longo de meio século, numa estratégia defensiva tanto em relação aos potenciais concorrentes externos, quanto às possíveis rupturas internas (Tarchi, 1997, p. 401).

A relativa impermeabilidade face à realidade externa, todavia, não impediu o MSI de percorrer ao longo do mesmo período um caminho de socialização na democracia, pelo menos ao nível da classe dirigente. Foi este caminho que permitiu ao partido aproveitar a oportunidade oferecida pela passagem da primeira à segunda república, tornando-se um dos actores centrais da vida política italiana, graças ao rápido despojamento de uma identidade radical já não funcional à nova realidade política. A transformação do MSI em AN, portanto, foi uma operação meramente instrumental. Não houve uma revisão profunda das suas posições ideológicas, mas apenas um aproveitamento em tempo certo da estrutura das oportunidades aberta pela crise política italiana. Não foi nem o congresso fundacional de 1995, nem a chegada de personalidades vindas de outras culturas políticas que modificaram a identidade do MSI. Pelo contrário, atrás da fachada anti-sistema, já existia uma substância de progressiva integração nas instituições, o que levou a considerar a *Alleanza Nazionale* um partido a caminho de se posicionar na área pró-sistema, com uma dinâmica centrípeta de plena aceitação dos processos e valores democráticos (Bertolino e Chiapponi, 1999, pp. 220 e 245).

A participação nos governos Berlusconi, e a fusão da AN com a *Forza Itália* não fizeram mais do que reforçar esta constatação, tanto mais que a derradeira estratégia de Gianfranco Fini para representar uma alternativa viável de “direita nova” para o pós-Berlusconi está a aproximar os pós-fascistas das direitas europeias, totalmente alheias aos autoritarismos do século xx e a qualquer forma de radicalismo. Neste sentido, na alvorada do novo milénio, a subcultura política ligada à experiência fascista e que cumpriu um papel relevante na última metade do século xx italiano, reduziu-se definitivamente a património de uma galáxia de siglas radicais assaz insignificantes na vida político-institucional do país.

BIBLIOGRAFIA

- BALDONI, A. (2009), *Storia della Destra. Dal Postfascismo al Popolo della Libertà*, Florença, Vallecchi.
- BERTOLINO S., CHAPPONI, F. (1999), “I militante di Alleanza Nazionale: âncora ‘esuli in pátria?’”. *Quaderni di Scienza Politica*, VI (2), pp. 211-250.
- CARIOTI, A. (2008), *Gli Orfani di Salò. Il “sessantotto nero” dei giovani neofascisti nel dopoguerra 1945-1951*, Milão, Mursia.
- DÉZÉ, A. (2009), “Between adaptation, differentiation and distinction: extreme right-wing parties within democratic political systems”. In R. Eatwell, C. MUDDE, *Western Democracies and the New Extreme Right Challenge*, Nova Iorque, Routledge, pp. 19-40.
- FERRARESI, F. (1995), *Threats to Democracy — The Radical Right in Italy after the War*, Nova Jersey, Princeton University Press.
- GIACCIO, G. (2011), *Le Metamorfosi della Destra. Dal MSI a Futuro e Libertà: Come Cambia la Destra in Italia*, Vasto, & MyBook.
- GIULI, A. (2007), *Il Passo delle Oche. L’Identità Irrisolta dei Postfascisti*, Torini, Einaudi.
- GRIFFIN, R. (1991), *The Nature of Fascism*, Londres, Pinters Publisher Limited.
- IGNAZI, P. (1989), “La cultura politica del Movimento Sociale Italiano”. *Quaderni di Scienza Politica*, XIX (3), pp. 431-465.
- IGNAZI, P. (1992), “The silent counter-revolution. Hypotheses on the emergence of extreme right-wing parties in Europe”. *European Journal of Political Research*, 22 (1), pp. 3-29.
- IGNAZI, P. (2003), *Extreme Right Parties in Western Europe*, Nova Iorque, Oxford University Press.
- IGNAZI, P. (2004), “Changing the guard on the Italian extreme right”. *Representation*, 40 (2), pp. 146-156.
- IGNAZI, P., BARDI, L. (2006), “Gli iscritti ad Alleanza Nazionale: Attivi ma frustrati”. *Polis*, xx, 1, Abril, pp. 31-58.
- IGNAZI, P. (2009), “Confronto. Gianfranco Fini, Piero Ignazi discutono del futuro della destra”. *Il Mulino*, 4. Disponível em <http://www.rivistamulino.it/fulltext/10.1402/29934> [consultado em 18-1-2011].
- KLANDERMANS, B., MAYER, N. (eds.) (2006), *Extreme Right Activists in Europe*, Londres e Nova Iorque, Routledge.
- MERLO, S. (2010), *La Conversione di Fini. Viaggio in una Destra Senza Berlusconi*, Florença, Vallecchi.
- MORINI, M. (2007), “Movimento Sociale Italiano — Alleanza Nazionale”. In L. Bardi, P. Ignazi, O. Massari, O., *I Partiti Italiani*, Milão, Università Bocconi Editore, pp. 149-197.
- MUDDE, C. (2000), *The Ideology of the Extreme-right*, Manchester, Manchester University Press.
- TARCHI, M. (1995), *Esuli in Patria. I Fascisti nell’Italia Repubblicana*, Parma, Guanda.
- TARCHI, M. (1997), *Dal MSI ad AN*, Milão, Il Mulino.
- TARCHI, M. (2003), “L’evoluzione della cultura politica di Alleanza Nazionale. Un’analisi attraverso i documenti programmatici”. *Trasgressioni*, 36, pp. 3-58.
- TARCHI, M. (2010a), *La Rivoluzione Impossibile. Dai Campi Hobbit alla Nuova Destra*, Florença, Vallecchi.
- TARCHI, M. (2010b), “Spenta la fiamma tricolore, al pensiero di destra non è rimasto nulla”. *Diorama Letterario*, 298, pp. 8-10.
- VON BEYME, K. (1988), “Right-wing extremism in post-war Europe”. *West European Politics*, 11 (2), pp. 1-18.